

Educação do/no campo: história, memória e formação

Field of education: history, memory and formation

Educación del/en el campo: historia, memoria y formación

Emerson Augusto de Medeiros^I

Ana Lúcia Oliveira Aguiar^{II}

^IUniversidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rio Grande do Norte – Brasil. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br

^{II}Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte – Brasil.



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

O Estudo expõe reflexões advindas de uma pesquisa arrolada no Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Tem como objetivo historiar a trajetória de formação da Educação para homens e mulheres que vivem do/no campo. Assim, reconstruiremos fragmentos e elementos que tearam a efetivação da Educação do/no Campo. Ratificamos a Metodologia História Oral como central no trabalho, validando as histórias de vida dos atores/autores do estudo como elementos essenciais do enredo que compõe a pesquisa. Os atores/autores do estudo contam suas vivências junto à educação campestre, compartilham experiências na/da formação no campo, falam de si e interligam seus ditos à realidade histórica da educação do campo. A educação do campo se formou perpassando por modelos de exclusões e silenciamento. As lutas e reivindicações travadas pelos movimentos sociais campestres afirmam a necessidade de políticas públicas educacionais que validem o repertório de vida e de conhecimento dos recantos rurícolas. Para tanto, faz-se necessário uma ressignificação nas escolas campestres, na formação de professores do campo, isto é, na própria educação do campo.

Palavras-chave: Educação do/no Campo; Histórias de Vida; Formação.

Abstract

Study exposes reflections arising from a research mustered in Master in Education, Faculty of Education, University of Rio Grande do Norte. Aims to historicize the trajectory of Education training for men and women who live on / in the field. Thus, rebuild fragments and elements that tearam the realization of Education / the field. We ratify the Methodology Oral history as a central work by validating the life stories of the actors / authors of the study as key plot elements that make up the search. Actors / study authors recount their experiences with the country education, share the experiences / training in the field, talk about themselves and their interconnecting said the historical reality of rural education. The education field formed by traversing models exclusions and silencing. The struggles waged by peasants and claims social movements assert the need for educational policies that validate the repertoire of life and knowledge of rural people crannies. Therefore, it is necessary a redefinition Country in schools, teacher training field, ie in the field of education itself.

Keywords: *Field Education; Life Stories; Formation.*

Resumen

El Estudio expone reflexiones resultantes de una investigación asociada a la Maestría en Educación, de la Facultad de Educación, de la Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Tiene como objetivo historiar la trayectoria de formación de la Educación para hombres y mujeres que viven del/en el campo. De este modo, reconstruiremos fragmentos y elementos que tejieron la efectuación de la Educación del/en el Campo. Ratificamos la Metodología Historia Oral como central en el trabajo, validando las historias de vida de los actores/autores del estudio como elementos esenciales del enredo que compone la investigación. Los actores/autores del estudio cuentan sus vivencias en la educación campestre, comparten experiencias en la/de la formación en el campo, hablan de sí e interrelacionan sus comentarios a la realidad histórica de la educación del campo. La educación del campo se formó recorriendo modelos de exclusiones y silenciamiento. Las luchas y reivindicaciones reclamadas por los movimientos sociales campesinos afirman la necesidad de políticas públicas educacionales que validen el repertorio de vida y de conocimiento de los rincones rurales. Por tanto, se hace necesaria una resignificación en las escuelas campestres, en la formación de profesores del campo, es decir, en la propia educación del campo.

Palabras clave: *Educación del/en el Campo; Historias de Vida; Formación.*

1 Introdução

O estudo tenciona construir uma discussão sobre a trajetória de formação da Educação do Campo. Salientamos que o estudo advém de uma pesquisa construída no Mestrado em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. O trabalho ancora-se nas histórias de vida dos sujeitos da pesquisa.

Os estudos com as Histórias de Vida, segundo Delory-Momberger (2008), vêm crescendo fortemente no cenário educativo contemporâneo. Enquanto conjunto de representações que o indivíduo constrói da própria vida e de sua história, a história de vida tornou-se um componente e um horizonte do campo educativo.

Nesse contexto, subsidiando-se nas histórias de vida de três ex-alunos do Curso de Licenciatura Pedagogia da Terra/UERN, objetivamos historiar a formação da educação para homens e mulheres que vivem do/no campo¹.

Historicamente, as populações camponesas tiveram uma educação que pouco contribuiu na formação de seus sujeitos. Contudo, movimentos sociais e sindicais campestres advogam uma educação com a cara do coletivo camponês. É nessa perspectiva, que as linhas que seguem se fazem. Fiaremos a história da Educação do Campo, salientando os principais acontecimentos e fatos de sua constituição, a partir das narrativas arroladas.

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa de investigação, a qual entende as práticas sociais como atividades humanas carregadas de significados, dando sentido à vida dos que dela participa. (MINAYO, 2007).

Esclarecemos que a pesquisa foi concretizada utilizando como instrumento de coleta de informações, para adentrar nas histórias de vida dos participantes da pesquisa, as entrevistas de histórias de vida; assinaladas por Alberti (2005), como um recurso instrumental metodológico que compõe a História Oral. As entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretadas em um período de seis meses. Cada momento da entrevista apontou temas que arrolaram a trajetória de vida pessoal e profissional dos sujeitos do estudo. Aclaramos que para esse momento interligamos recortes do itinerário de vida educacional dos participantes à realidade educativa campestre expressada historicamente e vivenciada por grande parte dos povos do campo.

No que tange à organização do texto, salientamos que ele foi estruturado em dois momentos. Por apontarmos discussões históricas acerca da educação do campo, discorreremos aqui a respeito de parte das trajetórias educativas vividas pelos atores/atores do estudo. Inicialmente discutiremos sobre a formação da educação do campo, apontando alguns dos principais acontecimentos relevantes na constituição da educação do campo no país. No segundo momento do texto, discorreremos sobre novas perspectivas para educação

¹ Destacamos que os três participantes do estudo, constaram no trabalho dissertativo, do qual este texto é oriundo, o qual teve como discussão central a Educação do Campo.

do coletivo camponês advindas das lutas e reivindicações construídas pelos Movimentos Sociais do Campo.

2 Educação do/no campo: nos fios da história

O homem aprende no mato, na escola, na rua, no mar, na igreja, no rio, na casa do vizinho, no quintal, na praça, no clube, na praia... Aprende porque é um ser social, porque se faz no diálogo, com o outro e com o próprio mundo (FREIRE 2005, ALHEIT E DAUSIEN 2006).

Brandão (1995) ensina que o conceito de Educação deve transcender ao ato e ao fazer pedagógico que acontece dentro de uma instituição de ensino. Para esse autor, não podemos dizer que existe apenas uma educação específica, mas sim “Educações²”, porque estamos a todo o momento aprendendo, conhecendo e nos formando socialmente.

O camponês aprende com a terra, com o campo, com o rio, nas matas, no roçado, nas conversas com os colegas na empreitada diária. Trata-se de um aprendizado que não pode ser construído fora da prática. Não tem lição escrita em capítulos separados. Não é só aprendizagem técnica. É aprendizagem de relação, que se faz no compadrio, na caçada, no roçado, nas pescarias, nas festas de São João, no milharal, nos mutirões, no silêncio da noite, na espera da chuva. A filha caminhando com a mãe, olhando-a colher a cebola e o pimentão, o filho andando com o pai, vendo o pai negociar com o compadre, com o vizinho. Aprende-se ao longo da vida. (ALHEIT E DAUSIEN, 2006).

No entanto, é certo acrescentar que em meio a esse mundo, o camponês precisa de espaços para sistematizar e articular o conhecimento construído na vida, bem como ampliar os demais conhecimentos produzidos pela sociedade. Nessa discussão, a educação escolar se insere como peça fundamental para transformar as experiências individuais em experiências coletivas.

Caldart (2003, p. 06) explica:

A educação escolar, num sentido amplo, cumpre uma iniludível função de socialização, desde que a configuração social da espécie se transforma em um fator decisivo da hominização e em especial da humanização do homem. No contexto presente, a educação do camponês.

Falar de uma educação para o campo remete a falar em uma educação dos e não apenas para os sujeitos do campo (ARROYO; CALDART E MOLINA, 2008). Essa educação

² Para uma discussão maior acerca do conceito de Educação ver: GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2011. E também: LIBÂNEO, C. **Pedagogia e Pedagogos Para Quê?** São Paulo: Loyola, 2010.

tem que ter um compromisso com o campo, com a luta do povo camponês que busca construir espaços, nos quais possa viver com dignidade.

Diferente do que abordamos Arroyo; Caldart e Molina (2008) mostram em suas pesquisas que desde sua origem, a educação das populações rurícolas foi tratada com descaso pelos dirigentes brasileiros. Programas de alfabetização, educação comunitária e assistência técnica, cursos de extensão foram algumas das iniciativas destinadas aos povos do campo como incremento ao desenvolvimento de seus sujeitos.

Entendendo a educação para os povos do campo apenas como um paliativo da educação urbana, formou-se um pensamento no contexto histórico brasileiro que a educação das populações rurícolas é aquela da escolinha das letras, da escolinha “cai não cai”, a que ensina simplesmente o nome, a que possui uma ou duas salinhas com a “professorinha”, e quando alfabetiza deixa em ausência a formação integral do ser humano.

Logo se percebe que é uma educação descontextualizada da realidade do campo, com uma metodologia da cidade, uma educação que serve para projetar sujeitos alienados, com um “modelo de desenvolvimento que exclui”. (FERNANDES, 2006, p.62).

Escolas com pedagogias bancárias importadas da cidade como um pacote pronto: calendário, cartilha e professor. Todos oriundos de contextos diferentes com seus modelos típicos das escolas urbanas, provocando altos índices de analfabetismo e baixo nível de escolaridade.

Nos documentos oficiais³ sobre a educação no país, a população do campo apresenta-se simplesmente como um dado. São apenas quantidades, ou no máximo referências marginais e negativas. A imagem que se formou na academia, na sociedade e nos governos é que para a “escolinha rural” qualquer coisa serve. Para mexer com a chibanca e a enxada não há necessidade de uma ampla formação. A cultura, a história e o repertório de conhecimentos que existem no campo não interessam ao desenvolvimento do ser camponês e tão menos a civilização atual. (GARCIA, 2009).

Essa imagem perpetuou-se por décadas, prova disso é que nas primeiras constituições do país a educação do campo⁴ nem sequer foi citada (MOLINA, 2006). Tal afirmação ganha solidez nas vozes dos atores/autores da pesquisa. Vozes que ecoam com força reforçando os escritos tecidos anteriormente:

³Referimo-nos aos relatórios construídos pelo Ministério de Educação – MEC, publicados no ano de 2010, acerca da educação do país, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica Brasileira – SAEB.

⁴Arroyo; Caldart e Molina (2008) lembram-nos que o termo “educação do campo” existe há pouco mais de 10 anos. Ele remete a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo” realizada em Luziânia - GO, em 1998, evento considerado como um “batismo coletivo” pelo direito à educação camponesa. Até meados de 1990 a educação do campo era chamada de educação rural.

Eu estudei até a quarta⁵. Depois fui para Angicos⁶, na escola era até a quarta série. Era uma escola simples. Era difícil né. Eu lembro que tinha o dia de recreação, era sexta depois do intervalo. [...] Uma coisa que fazíamos muito era a tabuada, tinha que decorar, tinha que aprender os nomes dos Estados e de suas capitais, tinha que aprender a ler sem gaguejar, cada um lia dois parágrafos. [...] Todo dia víamos português. Era a matéria principal. Aí vinha à matemática. Ciências, História, Geografia, essas outras existiam muito pouco pra gente. [...] Os conteúdos não se voltavam para nossa realidade. Poucos professores tinham essa preocupação. [...] A estrutura física digamos assim que era um amontoado de salas, três né, uma cozinha, uma salinha para a secretaria e um banheiro para os dois sexos (Entrevista feita com Leandra Patrícia, na Comunidade Várzea Redonda, Upanema/RN, em 03/03/2012⁷).

Minha escola no campo era para alfabetizar, enquanto escola do campo era de primeiro a quarta série, era só alfabetizar, não tinha o letramento, antigamente só se preocupava com isso. Não instruíam o aluno ao que é ser cidadão, a saber das coisas, era só para aprender a ler e olhe lá, se conseguisse aprender o nome já era muito. Por isso, que fui embora estudar em Campo Grande. [...] Minha mãe já tinha visto que estudar no sítio não tinha futuro, dos meninos lá de casa poucos aprenderam o nome no tempo certo. [...] a escola era longe que só, e as vezes nem tinha aula, os professores faltavam [...] também acho que eles ganhavam muito pouco. [...] se tinha um professor da comunidade mesmo, ele também não tinha quase nada de formação. Tudo era por indicação política, só vinha para o campo, as pessoas indicadas pelo prefeito, pelo governador, era assim. [...] Meus irmãos pararam de estudar muito cedo, porque se terminassem a quarta série iam estudar em Campo Grande. Pra sustentar as despesas não dava não, uns tinham que desistir (Entrevista feita com Francione Bezerra, no Assentamento Nova Vida, Upanema/RN, em 05/06/2012)⁸.

A educação do campo como se vê nas narrativas, na maior parte do tempo foi concebida como a educação dos sujeitos que não precisam sistematizar e aprofundar saberes. Falta de escolas para atender a todas as crianças e jovens, falta de uma política de valorização do magistério, currículo deslocado das necessidades, das questões e dos interesses de seus sujeitos, falta de infraestrutura nas instituições de ensino, pouca qualificação dos educadores do campo são apenas alguns dos problemas vividos pelos povos campestres na história de sua educação. (ARROYO; CALDART E MOLINA, 2008).

Defendendo uma educação que trilhe pelas raízes culturais e pela história dos povos do campo movimentos sociais, sindicais e pastorais passaram a construir um papel determinante no que diz respeito à educação dos espaços campestres. Contribuindo com seus

⁵ Leandra fez sua formação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no período de 1991-1996.

⁶ Angicos - RN é a cidade de origem de Leandra.

⁷ Utilizaremos os nomes dos participantes do Estudo, tendo em vista a sua permissão por meio do termo de livre e esclarecimento, o qual foi registrado em cartório.

⁸ Francione fez sua escolarização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental entre 1980 – 1987.

pensamentos, reivindicações e projetos, deram início a vários movimentos de educação popular, inserindo a educação campestre como uma das pautas principais a reivindicar.

Em julho de 1997 o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA⁹ veio a iniciar nacionalmente os primeiros debates sobre o direito à educação dos povos do campo. Nesse encontro, resultado de uma articulação entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília – GT-RA/UNB, o MST e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, (re) pensaram o modelo de educação rural vigente no campo.

O eixo de reflexão do Enera eram os problemas educacionais e sociais dos acampamentos/assentamentos e das pequenas comunidades rurais. Analisou-se da educação infantil à educação de jovens e adultos. As principais conclusões mostraram que apesar do descaso e do abandono do governo federal, efervesciam experiências, frutos de concepções pedagógicas desenvolvidas na luta pela Reforma Agrária pelos militantes do MST (MOLINA, 2006, p.49).

O ENERA incitou diálogos sobre o direito à educação dos povos do campo e a partir dele ações para a garantia desses direitos foram articuladas. Um dos acontecimentos ocorridos no encontro foi uma reunião com participantes de universidades federais. Nessa reunião, o MST convidou os integrantes a desenvolver uma rede de conversas entre as academias para o enfrentamento do analfabetismo nos assentamentos e acampamentos e nas comunidades rurais, principalmente as que se situam nas regiões norte e nordeste, haja vista que nessas regiões há um alto índice de analfabetismo¹⁰. Com o desafio lançado, os participantes das universidades federais se organizaram para discutir propostas e ações para a educação do campo, dentre essas, a formação de um Curso de licenciatura em Educação do Campo¹¹ (MOLINA, 2006).

No ano seguinte, a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo” realizada em Luziânia – GO (Julho de 1998), promovida pelo UNICEF, pelo MST, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e pela Universidade de Brasília - UNB teve um papel essencial no processo de articulação da educação das populações campestres com a sociedade e com o governo. A conferência serviu de contraponto à indiferença do Estado, às propostas

⁹ Acrescentamos que outros eventos anteriores ao ENERA se formaram em alguns Estados brasileiros (Pará 1992, São Paulo 1992 e 1994, Minas Gerais 1995, Paraíba 1994, Amazonas 1993, dentre outros), porém o ENERA foi o primeiro encontro a levantar discussões destinadas ao grande coletivo camponês e ainda a mobilizar um alto número de professores do campo.

¹⁰ Conforme Simplício (2011) o analfabetismo na zona rural do país é de pouco mais de três milhões no ano de 2009.

¹¹ Molina (2006) e Verdério (2010) citam que esse encontro contribuiu fortemente na proposta de implantação do Curso Pedagogia da Terra no Brasil.

da tradicional educação rural¹², cujo objetivo principal foi o de preparar o jovem e o adulto, ditos analfabetos, para o êxodo rural.

Os educadores e as educadoras dos espaços rurícolas abordaram que a educação do campo deve ser colada ao chão da vida, isto é, ligada ao processo da produção e existência social de seus sujeitos, em vista disso, pleitearam no evento a relevância de desenvolver uma proposta de educação que leve em conta a urgência de superar a dicotomia rural/urbano, resguardando ao mesmo tempo, a identidade cultural dos grupos que ali produzem suas vidas.

Em relação a esse evento Garcia (2009, p.38) escreve:

Nesta primeira conferência os participantes reafirmaram que o campo, enquanto território também é espaço de vida e que desta é a luta por uma educação a partir das especificidades dos sujeitos e não um modelo de educação que os sujeitos tenham que se adaptar.

A I Conferência “Por uma Educação do Campo” deixa notório o desejo do povo camponês em vincular sua educação à cultura, a partir da relação terra e campo, meio ambiente, vida e trabalho. (GARCIA, 2009).

A II Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo” também realizada em Luziânia – GO, em agosto de 2004, reunindo 1.100 educadores e pesquisadores de todas as regiões do país, representantes e militantes dos Movimentos Sociais veio a assumir a luta pelo acesso imediato a toda educação básica. Dentro dos assuntos altercados na conferência enfatizou-se a criação de políticas educacionais para as escolas e para a educação do campo. (GARCIA, 2009).

O MST, no referido evento, aclarou que as políticas educacionais para o campo devem ter por dever ampliar o acesso e a garantia de permanência da população do campo a toda Educação Básica, de preferência no campo, oportunizando aos camponeses a sistematização de conhecimentos que os ajudem a cursar o Ensino Superior. A ampliação dos cursos de Formação de Professores para o campo foi ponto de discussão no evento. (GARCIA, 2009).

Ao final da II Conferência os participantes decidiram continuar a trabalhar assumindo a responsabilidade de se engajar na busca de uma educação voltada ainda ao ensino superior, não unicamente reportando-se a formação de cursos de licenciatura, mas também a cursos de bacharelado¹³. (ARROYO; CALDART E MOLINA, 2008).

¹² A educação rural é entendida por Fernandes (2006) como a educação que descaracteriza a cultura e trajetória de luta do homem e da mulher do campo. Sua proposta é feita pensada para o desenvolvimento do agronegócio e para o êxodo rural. Diferentemente, a educação do campo é formada pelos sujeitos que vivem do campo, tanto professores, estudantes, gestores, como a comunidade em geral do coletivo camponês.

¹³ Dentro dos Cursos Arroyo; Caldart e Molina (2008) fazem referência aos Cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia, Direito, Serviço Social, dentre outros.

3 Da luta à educação: os movimentos sociais na história e formação da educação do campo

Atentamos que dos encontros, das lutas e das reivindicações novos frutos foram chegando para a educação do campo, deixando notória a força e o apoio que os Movimentos Sociais do Campo travaram na trajetória. Uma conquista histórica, no âmbito das políticas públicas educacionais para o campo foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo: Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação. Arroyo; Caldart e Molina (2008, p.166) citam que essas Diretrizes reconhecem como fundamental:

O modo próprio de vida social da população do campo; a identidade da escola do campo definida pela sua vinculação com a realidade, com os saberes dos estudantes, com a memória coletiva da comunidade e com as reivindicações dos movimentos sociais em defesa da qualidade de vida dos povos do campo.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a educação básica do campo¹⁴ (2002), as propostas educativas das escolas do campo devem abarcar a diversidade dos recantos rurícolas em todos os seus aspectos: sociais, culturais, de gênero, etnia, dentre outros. Daí a importância de se ter educadores que (re) conheçam a história das comunidades e sintam os valores culturais do campo.

As Diretrizes Operacionais emitidas em 2002, embora não sejam ainda muito conhecidas pelas secretarias municipais de educação e pelos educadores que lecionam na zona rural¹⁵, são bastante significativas. Elas apontam trilhas a percorrer. Os Movimentos Sociais do campo tem nas mãos um instrumento legal para afirmar, por intermédio de suas lutas, a formação de escolas do/no campo. Trata-se de um marco importante devendo ser usado a serviço das populações camponesas, principalmente aquelas que sentiram nas últimas décadas a sua identidade campesina ser dragada pelo sistema educativo vigente no país.

Outro relevante acontecimento acerca da educação campesina diz respeito também as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: Parecer nº 7/2010 e Resolução 04/2010 do Conselho Nacional de Educação. Nessas Diretrizes a Educação do Campo apresenta-se como Modalidade Educacional.

¹⁴ O Curso de Licenciatura em Educação do Campo é ponto de pauta nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (2002).

¹⁵ Ao indagarmos os Participantes do estudo sobre as diretrizes operacionais (2002), eles informaram que desconhecem esse documento. Ao buscarmos representantes da secretaria de educação do Município de Upanema – RN, *lócus* dos Assentamentos, também destacaram que não conhecem o conteúdo das diretrizes.

Art. 35. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, CNE/CEB, Resolução nº 4, 2010)

Arroyo; Caldart e Molina (2008) citam que temos de acabar com os problemas excludentes na educação das populações rurícolas. As escolas rurais têm que dar conta da educação básica como direito do homem, da criança, do jovem, da mulher, do ser camponês. Ou seja, a função da escola e da educação do/no campo é socializar, trabalhar o tempo, o espaço, a produção dos saberes locais, os rituais, os valores, a cultura, a formação integral. A educação do/no campo tem que valorizar a vivência, a experiência, a sensibilidade.

O tempo do homem, da mulher do campo tem seu ritmo. O tempo social dos sujeitos, da família, das comunidades tem seu ritmo, ele está imbricado aos tempos da natureza e de sua produção (ARROYO; CALDAR E MOLINA, 2008). As festas, a memória coletiva, as lembranças são inseparáveis da construção da existência, das relações sociais e culturais.

Não há como buscar uma educação do/no campo sem considerar seus matizes vitais. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (2002) são grandes avanços, conquistas e concretizações. São resultados de lutas, de esforços e de sonhos do coletivo camponês. Entretanto, é preciso continuar lutando e acreditando. Os movimentos Sociais do Campo, a partir desse caminho, têm pleiteado a efetivação de uma educação que favoreça o desenvolvimento cultural e social dos povos do campo, esta legitimada na legislação. As histórias de vida dos atores/autores da pesquisa contribuem no entendimento:

Eu vi na universidade que os movimentos sociais têm trazido e ajudado na educação do campo. Há uns quinze anos atrás, tinha muita coisa assim que não era correto. Os professores ensinavam do jeito que dava certo, eu fui fruto dessa escola. [...] hoje assim, não está tudo perfeito, mas tem algumas coisas mudadas né. [...] As escolas são reformadas, já existem cursos de formação de professores, como o de Pedagogia da Terra né. [...] Os alunos recebem material escolar, tem livros, volta e meia vem gente para fiscalizar. [...] antigamente não existia nada disso. [...] tem esses programas que não são lá essas coisas, mais é melhor que nada. [...] eu sei que aqui na comunidade tem muita gente que não sabe ler, não sabe nem se quer escrever o nome, mais esses meninos mais jovens já estão tendo outras oportunidades. [...] os avanços estão vindo, muito lento, mais estão

aparecendo (Entrevista feita com Leandra Patrícia, na Comunidade Várzea Redonda, Upanema/RN, em 07/12/2012).

Apesar de no Assentamento Esperança não ter escolas e os meninos daqui continuarem penando, indo às 6:00 da manhã para Upanema e voltando ao meio dia, eu acho que a educação no campo tem conseguido obter um pouco de sucesso. [...] a gente já houve notícias de experiências que estão dando certo. [...] tem assentamentos aqui de Upanema que tem escolas do campo mesmo. Elas foram mudadas, seguem essas escolas modelos, tem um padrão bom. [...] eu fiz um trabalho recente de pesquisa em uma escola de outro assentamento que até me admirei porque a escola mesmo, é os professores cuidavam dos alunos. [...] as paredes mesmo diziam que o trabalho do professor é bem feito, era organizado, eu vi que tinha materiais para os alunos fazerem suas atividades. [...] então, e assim o povo que vive no campo tem subido, nós temos feito coisas sim. [...] mas é porque não chega a todo canto não (Entrevista feita com Pedro Touto, no Assentamento Esperança, Upanema/RN, em 07/12/2012).

Como bem narram Leandra e Pedro, a educação do/no campo tem conseguido alavancar e fazer-se educação. A história dos povos do campo a respeito de sua educação mostra mudanças: novas escolas, cursos de formação, disponibilidade de materiais, dentre outras, porém, se formos construir uma análise, é clara que essas mudanças são parcas, não atingem a todos os recantos rurais do país.

É curioso constatar ainda que quando se pensa na escola e na educação do campo logo vem a ideia de sugerir que sejam adaptados os calendários, flexibilizados os conteúdos e as metodologias, ou que sejam levados em conta os regionalismos. Pensar em uma proposta de educação para o campo supõe superar essa visão depreciativa de que a cultura do campo é estática, paralisante e avançar para uma visão positiva.

A escola tem que deixar de ser aquela construída entre quatro paredes e se tornar um espaço onde o camponês incorpore seu saber e de suas gerações precedentes, a história de suas gerações. Ela precisa deixar de ser a escola multisseriada que peneira os alunos ditos melhores e que reprova uma, duas, três vezes os demais, levando-os a desistir. Pontificamos que não estamos dizendo que é necessário se desfazer das tecnologias e de seus consideráveis instrumentos. A sociedade evolui, o campo e a cidade evoluem, o homem também. O que chamamos atenção é para que ao buscar trabalhar ou formar uma educação do campo, não deixemos de creditar os conhecimentos já construídos no largo caminho vivido pelos povos campestres.

Temos que ver esse aluno do/no campo como sujeito de histórias, de saberes, de experiências e de fazeres. Temos que tratar esse sujeito, o ser camponês, como sujeito histórico, real. Temos que tratá-lo como gente, como humano. A educação do/no campo precisa construir uma identidade própria, uma identidade com a cara do ser camponês.

Referências

- ARROIO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação no campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Betinna. O Processo de Formação e Aprendizagem ao longo da vida. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n.1, Jan./abr. 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB, nº 1, de 03 de abril de 2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 27/03/2014.
- _____. **Resolução CNE/CEB, nº 4, de 13 de julho de 2010**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB042010.pdf>>. Acesso em: 29/03/2014.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- DELORY-MOMBEGER, Christine. **Biografia e Educação: Figuras do indivíduo projeto**. Tradução de Maria da Conceição Passegi. Natal – RN: EDUFRN, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.
- GARCIA, Samaria B. **Saberes da Terra: Contribuições da Experiência da Comunidade do Assentamento Nova Vida**. Monografia (Especialização em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró – RN, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**. Questões para reflexão. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- SIMPLÍCIO, Antônia Vanderlúcia de Oliveira. **Egressos do curso pedagogia da terra e suas práticas educativas no Assentamento 25 de maio**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2011.
- VERDÉRIO, Alex. **A Materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos Processos Formativos que a sustentam: Uma Análise acerca do Curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Curitiba – PR, 2010.

Recebido em: junho 2014

Aprovado para publicação em: abril 2015